

dossiê

Relações étnico-raciais, linguagem e tecnologia: confluências e conflitos

Relaciones étnico-raciales, lenguaje y tecnología: confluencias y conflictos

Ethnic-racial relations, language and technology: confluences and conflicts

Alejandro Knaesel Arrabal¹

¹Universidade Regional de Blumenau, Programa de Pós-Graduação em Direito, Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: arrabal@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0927-6957>.

Submetido em 29/07/2023

Aceito em 09/12/2023

Como citar este trabalho

ARRABAL, Alejandro Knaesel. Relações étnico-raciais, linguagem e tecnologia: confluências e conflitos. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 325-345, jan./jun. 2024.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 10 | n. 1 | jan./jun. 2024 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Relações étnico-raciais, linguagem e tecnologia: confluências e conflitos

Resumo

Realizado por meio de revisão bibliográfica, o presente artigo debate aspectos que tornam a linguagem e a tecnologia, não apenas instrumentos de comunicação, mas fatores coadjuvantes na produção de identidades e, nessa condição, instâncias que participam das confluências e conflitos étnico-raciais. O texto está estruturado em duas unidades de conteúdo que procuram atender aos seguintes objetivos específicos: compreender o caráter artificial e constitutivo da linguagem, assim como o seu papel na formulação dos conceitos de raça e etnia no contexto de articulações identitárias; e avaliar a relação entre linguagem e tecnologia, apontando suas implicações sobre o racismo. Como resultado, o trabalho indica que, a par dos benefícios que as redes telemáticas proporcionam em termos de acesso à informação e comunicação, a experiência mediada por plataformas digitais também assumem contornos ideológicos que modulam posturas discriminatórias e racistas, fortalecendo a objetificação humana em detrimento dos valores fundamentais da diversidade e dignidade existencial.

Palavras-chave

Linguagem. Identidade. Raça. TIC. Dignidade.

Resumen

Realizado a través de una revisión bibliográfica, este artículo analiza los aspectos que convierten al lenguaje y la tecnología no solo en instrumentos de comunicación, sino también en factores coadyuvantes en la producción de identidades y, en esta capacidad, en instancias que participan en confluencias y conflictos étnico-raciales. El texto se estructura en dos unidades de contenido que buscan cumplir los siguientes objetivos específicos: comprender el carácter artificial y constitutivo del lenguaje, así como su papel en la formulación de los conceptos de raza y etnicidad en el contexto de las articulaciones identitarias; y evaluar la relación entre lenguaje y tecnología, señalando sus implicaciones para el racismo. A consecuencia, el trabajo indica que, junto con los beneficios que las redes telemáticas proporcionan en términos de acceso a la información y comunicación, la experiencia mediada por plataformas digitales adquiere contornos ideológicos que modulan actitudes discriminatorias y racistas, fortaleciendo la objetificación humana en detrimento de los valores fundamentales de la diversidad y la dignidad existencial.

Palabras-clave

Lenguaje. Identidad. Raza. TIC. Dignidad.

Abstract

Carried out through bibliographic review, this article discusses the aspects that make language and technology not only instruments of communication but also contributing factors in the production of identities, and, in this capacity, instances that take part in ethnic-racial confluences and conflicts. The text is structured into two content units that seek to meet the following specific objectives: understanding the artificial and constitutive character of language, as well as its role in formulating the concepts of race and ethnicity in the context of identity articulations; and evaluate the relationship between language and technology, pointing out its implications for racism. As a result, the work indicates that, alongside the benefits that telematic networks provide in terms of access to information and communication, the experiences mediated by digital platforms take on ideological

contours that shape discriminatory and racist attitudes, reinforcing the objectification of humans at the expense of fundamental values of diversity and existential dignity.

Keywords

Language. Identity. Race. ICT. Dignity.

Introdução

Relacionamentos fluem por comunicações e nelas são produzidos discursos que modulam as experiências da vida. Como observa Orlandi (1994), o discurso consiste no “efeito de sentidos entre locutores”. De modo geral, palavras são produzidas e empregadas com o propósito de explicar a realidade ou transmitir pensamentos, o que induz à noção de que elas “carregam” sentidos. A comunicação é levada a efeito quando os significados das palavras já integram o repertório daqueles que se comunicam, mas ela também diz respeito a confluências simbólicas que tornam os processos de significação e interpretação densamente complexos.

O emprego corrente das palavras é atravessado por escolhas, denotações e conotações que enriquecem e transformam o repertório simbólico dos locutores, o que permite considerar a língua como instância viva. Afirma Bakhtin que a palavra, diferente de um objeto qualquer, é um meio “[...] constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra” (Bakhtin, 2015, p. 232).

As relações étnico-raciais operam a partir de formulações discursivas que instituem identidades e diferenças, em estreito vínculo com os processos de produção de sentido. No contemporâneo, adjetivos evocam condições existenciais identitárias que procuram afirmar direitos, em um ambiente complexo de comunicação mediada por tecnologias.

A expansão da capacidade técnica para publicizar opiniões individuais, erigida com o desenvolvimento das redes telemáticas, imiscuiu-se a garantia fundamental de liberdade de expressão (art. 5º, IV da Constituição Federal de 1988). Assim, embora se saiba que dispor de condições técnicas para realizar uma pretensão não se confunde com o direito de concretizá-la, o uso irrefreado e inconsequente de tecnologias da informação é, de certa forma, amplamente incentivado.

Considerando esses fatores, o presente artigo propõe debater aspectos que tornam a linguagem e a tecnologia, não apenas instrumentos de comunicação, mas fatores

coadjuvantes na produção de identidades e, nessa condição, instâncias protagonistas nas confluências e conflitos étnico-raciais.

Realizado por meio de revisão bibliográfica, o artigo está estruturado em duas partes. A primeira descreve o caráter artificial e constitutivo da linguagem, assim como o seu papel na formulação dos conceitos de raça e etnia no contexto de articulações identitárias. A segunda parte discorre sobre a relação entre linguagem e tecnologia, apontando suas implicações sobre o racismo. Como se verá adiante, a par dos benefícios que as redes telemáticas proporcionam em termos de acesso à informação e comunicação, a experiência mediada por plataformas digitais também assumem contornos ideológicos que modulam posturas discriminatórias e racistas, fortalecendo a objetificação humana em detrimento dos valores fundamentais da diversidade e dignidade existencial.

1 Linguagem e identidade étnico-racial

Colocar a linguagem a frente do debate sobre as questões étnico-raciais resulta da importância que ela assume, para além do seu papel funcional nas dinâmicas de comunicação. A percepção sobre o mundo, sobre o que se considera real, assim como o que se reconhece em termos de modelo ideal de vida, é performado nas estruturas e unidades de sentido que a linguagem provê. A partir da Filosofia da Linguagem, Simões (2009, p. 27) adverte que:

[...] a linguagem deve ser entendida, principalmente, como prática social concreta, como um sistema de atos simbólicos realizados em determinado contexto social com objetivo preciso e produzindo certos efeitos e consequências convencionais. Nessa linha de raciocínio, a linguagem afasta-se da concepção clássica de meio de descrição do mundo e de interpretação da realidade. A linguagem passa a ser vista como modo de ação e interação social.

Echeverría (2003, p. 12) afirma que “o social, para os seres humanos, se constitui na linguagem. Todo fenômeno social é sempre um fenômeno linguístico”. Assim, o pensamento é determinado pelas características da língua.

O idioma é pura ideologia. Ele não apenas nos instrui dos nomes das coisas, mas, mais importante, de que as coisas podem ser nomeadas. Ele divide o mundo em sujeitos e objetos. Indica que eventos devem ser vistos como processos e como coisas. Ele nos instrui do tempo, do espaço e do número e forma nossas ideias de como estamos em relação à natureza e aos outros (Postman, 1994, p. 129).

Também Castells (2002) reconhece que o acesso a realidade não é possível para além do que há na linguagem. Essa é uma concepção que tem lugar especialmente

no século XX, na confluência de epistemes que despertaram para a relevância da linguagem e da comunicação, o que foi denominado como “giro linguístico”¹. Trata-se de colocar a linguagem no centro do processo de conhecimento, conferindo a ela o protagonismo na caracterização da realidade humana.

A partir de Heidegger, Gracia (2005, p. 36) observa que “somos vítimas de uma traiçoeira ilusão egocêntrica quando acreditamos ser donos de nossos discursos e quando consideramos a linguagem como instrumento, [...] é a própria linguagem que manda em nós, causando, modelando, constringendo e provocando nosso discurso”.

Echeverría bem explica a relação entre a existência física e a existência linguística, nos seguintes termos:

Os seres humanos são seres linguísticos, seres que vivem na linguagem. [...] É claro que os seres humanos não são apenas seres linguísticos e que, por tanto, a linguagem não esgota a multidimensionalidade do fenômeno humano. [...] por que então defendemos a prioridade da linguagem? [...] Porque é precisamente através da linguagem que conferimos sentido a nossa existência e também a partir da linguagem que nos é possível reconhecer a importância dos domínios existenciais não linguísticos. [...] Não há um lugar fora da linguagem a partir do qual possamos observar nossa existência. [...] A existência humana, o que para os seres humanos representa a experiência da existência, é realizada pela linguagem (Echeverría, 2003, p. 21, sem grifo no original).

Ao possibilitar a existência humana em termos de comunicação e cultura, paradoxalmente a linguagem também estabelece os limites restritivos dessas mesmas condições. Dizer o que um determinado objeto ou pessoa “é”, corresponde a uma ação comunicativa que institui um significado entre muitos outros possíveis.

Flusser ensina que “a comunicação humana é um processo artificial”, cuja artificialidade é esquecida quando os códigos “e os símbolos que os constituem” são apreendidos, figurando para cada integrante de uma comunidade idiomática

¹ “‘Giro linguístico’ é uma expressão que esteve em moda nos anos 1970 e 1980 para designar uma certa mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais, e que estimulou a dar uma atenção maior ao papel desempenhado pela linguagem, tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas costumam estudar. [...] O giro linguístico teve efeitos e implicações que vão bem mais além do simples aumento da ênfase dada à importância da linguagem. Ele contribuiu para que fossem esboçados novos conceitos sobre a natureza do conhecimento, seja ele o do sentido comum ou o científico, para permitir que surgissem novos significados para aquilo que se costuma entender pelo termo ‘realidade’ – tanto ‘social’ ou ‘cultural’ quanto ‘natural’ ou ‘física’ – e a desenhar novas modalidades de investigação proporcionando outro contexto teórico e outros enfoques metodológicos” (Gracia, 2005, p. 19-20).

como se naturais fossem. O propósito do mundo codificado, afirma o filósofo, é fazer esquecer que ele “consiste num tecido artificial que esconde a natureza sem significado, sem sentido, por ele representada. O objetivo da comunicação humana [...] é nos fazer esquecer desse mundo [...] em que somos condenados à morte – o mundo da natureza” (Flusser, 2017, p. 85-86).

É na linguagem que unidades de sentido são formuladas, proporcionando a ilusão de estabilidade sobre o que designam. Da mesma forma, a razão e a verdade são filhas da linguagem. O pensamento procura abarcar uma parte da vida, sonhando o que ela apresenta de intenso, plural e transformador. Com a linguagem, o pensamento cria estabilidades provisórias que assumem a pretensão de permanência. Ao significar, as palavras delimitam e instituem supostas verdades por meio de explicações lógicas sobre determinado modo de ser e existir. Nesse sentido, a verdade – e a identidade – são frutos da expectativa humana por duração e certeza (Mosé, 2011).

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa (Rajagopalan, 1998, p. 41-42).

Identidade é uma categoria ambivalente cujo emprego designa o indivíduo, bem como indica o pertencimento a um coletivo. Do étimo latino, idêntico (*idem*) é o que se apresenta como igual ou semelhante o suficiente para indicar proximidade. O que resulta da negação da identidade é a diferença. Para Orlandi (2014, p. 34), “a diferença se define no processo de constituição de cada sujeito pela ideologia e no modo como é individual(liza)do pelo Estado (através de instituições e discursos), na sociedade capitalista, dividida e hierarquizada pela simbolização das relações de poder”. Heidegger (2018, p. 9) observa que “em cada identidade reside a relação ‘com’, portanto, uma mediação, uma ligação, uma síntese: a união numa unidade”. Além de figurarem como interdependentes, “identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística” (Silva, 2000, p. 76). O processo de nomeação proporciona mais do que a representação de algo concreto ou abstrato, ela engendra significações que instituem identidades e não identidades.

Appiah (2018a, p. 38-39) considera que as identidades sociais representam constructos cuja formulação compreende três dimensões:

Primeiramente, as identidades sociais dependem de rótulos para a sua existência [...] Isso porque as pessoas reagem aos outros e pensam sobre si mesmas por meio desses rótulos. [...] a segunda dimensão da identidade

sobre a qual quero chamar a atenção é precisamente que há normas associadas às identidades sociais, que denomino: normas de identificação e normas de tratamento. As normas de identificação especificam a maneira como as pessoas de determinada identidade devem se comportar; e as normas de tratamento, como se deve ou não reagir e atuar sobre pessoas de certa identidade. [...] A terceira dimensão da identidade deriva da segunda: por existirem normas de identificação, pessoas que, pelos rótulos, se identificam como x agem às vezes segundo o próprio rótulo. Quero dizer com isso que uma razão pela qual elas agem como agem é que são motivadas pela ideia “tenho razão em ‘fazer algo’ porque sou um x”. Esse último ponto nos instiga a encarar as identidades como essencialmente subjetivas, uma vez que a importância delas advém do papel que desempenham nos pensamentos e nos atos de seus portadores.

Bezerra (2015, n. p.) observa que os sujeitos apreendem de suas culturas o repertório vocabular que nunca é neutro. As identidades geralmente são positivadas e as respectivas diferenças negativadas. Desse modo, em “uma cultura racista, branco é positivo, preto é negativo [...] Este é um efeito do qual nem sempre nos damos conta. Essa performatividade se entranha em nós de modo que, ao acionamos esse vocabulário, é como se nós estivéssemos vendo a natureza tal como ela é.”

É na esteira do pensamento orientado a segmentação analítica e a classificação humana que emerge o racismo. No século das “luzes”, “teorias poligenistas mereceram cuidadosos estudos, mesmo porque, uma origem comum aos homens, pressuporia igualdade racial, o que contrariava a muitos” (Jesus, 1980, p. 122-123). Munanga (2014) observa que o termo raça “veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais”. Na esteira do desenvolvimento das ciências da natureza, o século XIX adotou o conceito de raça para nomear² e classificar a humanidade a partir de atributos biológicos. Nesse sentido, Arendt (1989, p. 208) observa que “o esmagador sucesso do darwinismo resultou também do fato de ter fornecido, a partir da ideia de hereditariedade, as armas ideológicas

² “Um nome não é uma palavra aleatória ou qualquer. Ele sempre quer dizer alguma coisa e sua relação com a significação é complexa. Dizer isso significa que a questão dos nomes e seus significados sempre geraram muita polêmica e inquietação. As propriedades de um nome nem sempre estão postas às claras, o que geralmente cria muita discórdia entre os filósofos e linguistas. Quando pensamos em nome e no que ele significa logo nos vem à cabeça alguma designação. Como se um nome servisse para designar as coisas, pessoas, lugares, etc. Enfim, como se ele servisse para especificar algo que é nomeado. Especificar ou designar algo quer dizer separar alguma coisa para lhe dar destaque. Para lhe conferir uma ‘certa’ exclusividade de tratamento, quero dizer, para se referir a algo sem recorrer a alguma interferência que um objeto pode ter em outro” (Moreira, 2010, p. 2914).

para o domínio de uma raça ou de uma classe sobre outra, podendo ser usado tanto a favor como contra a discriminação racial”. Contudo, o fator biológico representa um entre outros critérios (religiosos, geográficos, por exemplo) adotados ao longo da história a fim de justificar posturas discriminatórias e políticas de segregação.

Em geral, a identidade étnica procura designar o liame caracterizado por fatores que tipificam o modo de convivência de uma determinada coletividade. Krieg-Planque (2008, p. 4) afirma que o termo *etnia* foi empregado originalmente em 1896 por Georges Vacher de Lapouge na coleção *Les Sélections sociales*. A par do conceito de *nação* como entidade política, o referido antropólogo procurou distinguir os conceitos de *raça* e *etnia* reservando, para o primeiro, a diferenciação por características biológicas, e para o segundo, fatores como língua e cultura partilhada. Contudo, cumpre frisar que ambos os conceitos são produto de construções históricas marcadas pela classificação humana (que se materializa como discriminação) linguisticamente performada. Note-se que Lapouge separa as dimensões política (*nação*), natural (*raça*) e cultural (*etnia*), provavelmente orientado por aspirações científicas que apontavam para a necessidade de correção e disciplina linguísticas. Nesse contexto, Rajagopalan (2020, n. p.) observa que a pretensão de uma “língua pura” representa uma metáfora para “raça pura”, assim como a própria ideia de miscigenação como negação das diferenças de raça historicamente instituídas, também é uma forma de racismo.

Seja em razão de marcadores biológicos ou culturais, as categorias *raça* e *etnia* resultam de visões essencialistas que, a partir da linguagem, modulam valores determinados por expectativas de universalidade, estabilidade e certeza. Nesse sentido, surge um paradoxo no campo das dinâmicas de pertencimento social. Ao nutrir valores identitários, o recorte conceitual que institui um coletivo, produz também discriminação e exclusão. Tal fenômeno torna-se ainda mais complexo no cenário da comunicação mediada por tecnologias.

2 Linguagem, Tecnologia e Racismo

Há uma estreita relação entre os conceitos de linguagem e tecnologia. Do mesmo modo que a linguagem figura como tecnologia, também os artefatos tecnológicos que mediam as comunicações humanas são linguagem. Levy (1999, p. 22) considera “impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida e ao mundo”.

Decorrentes das ações (e pretensões) humanas incidentes sobre a materialidade do mundo, as tecnologias compreendem produtos e processos orientados a solucionar problemas operacionais objetivos. Essa concepção – tipicamente moderna – destaca o caráter instrumental e servil das tecnologias, sugere o domínio do homem sobre as máquinas e, com isso, oculta o protagonismo delas no plano da instituição de valores.

Artefatos tecnológicos não apenas “funcionam” para atender propósitos operacionais, eles também “significam”. Ao significar, mais do que dizer que estão à disposição dos seus utentes, as tecnologias orientam ações, modulam comportamentos e estabelecem condições operacionais que priorizam valores. Assim, na mesma perspectiva que Postman (1994) afirma ser o idioma “pura ideologia”³, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) também o são. Nemmer (2021, n. p.) destaca que a opressão⁴, manifesta em prescrições comportamentais, “deveria ser o diagnóstico central para a tecnologia”. Isso porque a mediação digital é constituída de prescrições (comandos, ordens) que determinam o funcionamento das máquinas e, por consequência, definem o comportamento dos seus usuários.

Cupani (2011, p. 14) nota que “pensamos e valoramos cada vez mais em função de categorias tecnológicas. A mentalidade e a atitude tecnológicas são fáceis de advertir, bastando reparar no uso cada vez mais disseminado de expressões como ‘programar-se’ para tal ou qual coisa”. Soma-se a esse repertório palavras como “rede” de contatos, “conectar-se” com os amigos, entre outras. De forma análoga, a tecnologia “se apodera imperiosamente de nossa terminologia mais importante. Ela redefine ‘liberdade’, ‘verdade’, ‘inteligência’, ‘fato’, ‘sabedoria’, ‘memória’, ‘história’ – todas as palavras com que vivemos. E ela não para de nos contar. E nós não paramos para perguntar” (Postman, 1994, p. 18).

O incremento das mediações tecnológicas transforma hábitos, interferindo nas dinâmicas identitárias e nas relações étnico-raciais. Como observa Castells (2017,

³ Por ideologia entende-se aqui toda predisposição (disciplinar) a uma certa forma de ser e existir. Assim, o idioma é ideologia porque “divide o mundo em sujeitos e objetos. Indica que eventos devem ser vistos como processos e como coisas. Ele nos instrui do tempo, do espaço e do número e forma nossas ideias de como estamos em relação à natureza e aos outros” (Postman, 1994, p. 129).

⁴ Nemer parte dos ensinamentos de Paulo Freire (2018, p. 46) que, entre outros aspectos, considera a prescrição “um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos [...]. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência ‘hospedeira’ da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores”.

p. 29): “[...] as relações de poder, base das instituições que organizam a sociedade, são amplamente constituídas na mentalidade das pessoas através de processos de comunicação”, de modo que “a moldagem de mentalidades é uma forma mais decisiva e duradoura de dominação do que a subordinação de grupos por intimidação ou violência”. Desse modo, concebidas predominantemente a partir das matizes culturais do Norte global, as TICs atuam como estruturas de *Soft Power*, instituindo no Sul um espaço de afirmação de seus interesses. Segundo o ITS (2016, p. 4), “os países no Sul Global são basicamente consumidores, e não fornecedores, das tecnologias que estruturam o Big Data, o que, em teoria, pode fazer com que essas tecnologias não sejam tão adequadas às suas necessidades específicas”. Para Kwet (2021, n. p.), “vivemos em um mundo onde o colonialismo digital corre o risco de tornar-se uma ameaça para o Sul Global tão significativa e de longo alcance quanto o colonialismo clássico foi nos séculos anteriores”.

Um dos valores que marcaram o desenvolvimento das estruturas (e códigos) das redes telemáticas consiste na utopia de liberdade irrestrita⁵, espreado nas condições operacionais que caracterizam as possibilidades de criação dessas tecnologias. Lanier (2012, p. 21) observa que “o tipo de liberdade radical que encontramos em sistemas digitais vem acompanhado de um desafio moral desnorteante. Nós inventamos tudo... então o que devemos inventar? Infelizmente esse dilema – de ter tanta liberdade – é quimérico”.

Para os usuários, algo semelhante ocorre. Na comunicação via redes de computadores, a relação entre humanos e máquinas acontece em primeiro plano. Só em segundo plano ocorre a relação entre humanos. A primeira relação é presencial, *imediata*. A segunda é virtual, *mediada*. Nessa dupla e simultânea situação comunicativa, o diálogo altero, necessário para o equilíbrio das relações humanas intersubjetivas, é fragilizado. Isso porque a máquina é percebida imediatamente como ferramenta, predominando a expectativa do seu funcionamento a serviço da conveniência do usuário. Assim, sem que os consumidores de tecnologia se atentem, a comunicação virtual é “naturalmente” tomada pelas qualidades da relação imediata estabelecida com as máquinas, o que

⁵ Com o desenvolvimento das redes telemáticas durante a segunda metade do século XX, surge o conceito de ciberespaço, “marcado pela contracultura e por ideais libertários que, entre outros aspectos, fomentaram a licenciosidade para transgredir o status quo, o que pressupõe a legitimidade para, entre outras práticas, agir anonimamente e criar identidades e vidas alternativas. Comunicar-se sob condição anônima ou mesmo tornar-se outra *persona*, constituem práticas que se tornaram comuns e, por vezes, admitidas como importantes ou mesmo necessárias ao convívio no Ciberespaço. (Arrabal, 2022, p. 211).

transfigura os indivíduos comunicantes em objetos, reciprocamente sujeitos, cada qual, aos interesses do outro.

O “corpo fala” em termos de posturas e gestos, afirmam Weil e Tompakow (2009). De modo análogo, máquinas também falam a partir do design de seus recursos e funções. O “meio é a mensagem” como destacou o filósofo da comunicação McLuhan (2003). Computadores e dispositivos móveis, conectados à rede global, convidam seus usuários a navegar pelo espaço cibernético, sugestionam comportamentos e instigam escolhas que podem ser rapidamente confirmadas em um click no mouse ou um toque na tela. Esse convite é sempre acompanhado da ilusão de controle e de conformação do mundo aos interesses individuais.

Na medida em que a convivência mediada por tecnologia domina o contexto contemporâneo, expectativas individuais são fomentadas em detrimento da alteridade, o que contribui para a intolerância e a discriminação. Soma-se a esse aspecto a modelagem algorítmica das redes sociais que, a fim de arregimentar usuários, produzem bolhas de conteúdos ideológicos por meio de critérios de afinidade.

Mesmo que o fenômeno das bolhas⁶ digitais revele alguma relação com as dinâmicas identitárias, ocorre que a facilidade, a instantaneidade e a instrumentalização algorítmica o tornam diferente da sociabilidade cujos valores são historicamente sedimentados. Bauman (2007, p. 9) destaca que “a exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade”, em um contexto tecno-ideológico a partir do qual “a ‘sociedade’ é cada vez mais vista e tratada como uma ‘rede’ em vez de uma ‘estrutura’ [...]: ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de perturbações possíveis”.

Nesse sentido, identidades de grupo mediadas por tecnologias revelam uma contradição fundamental: por serem facilmente suscetíveis a mudanças, geram incertezas que instigam respostas absolutas e extremistas. Como âncoras que

⁶ O termo “bolha” se tornou comum para referir processos e recursos digitais de personalização, orientados a convergência de interesses pessoais. Pariser (2012, n. p.) afirma que “O código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros on-line examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações”.

procuram impedir a deriva, estereótipos passam a povoar o imaginário. Orlandi (2021, p. 9) observa que “o imaginário está presente no que chamamos de ‘formações imaginárias’ que projetam a ‘situação’ do sujeito, objetivamente descritível, para a sua ‘posição-sujeito’ discursiva em que conta, não sua situação objetiva, mas a imagem que ele faz de si mesmo, do outro e do referente”.

Diferenças forjadas sob critérios étnico-raciais estereotipados povoam discursivamente o imaginário e, nessa condição, também integram as estruturas tecnológicas, em geral reconhecidas equivocadamente como neutras. Considera-se neutro o que é indiferente a valores, atuando de modo estritamente subordinado a uma instância decisória externa. Desse modo, toda produção técnica é ontologicamente avalorativa. Esse conceito provavelmente decorre da histórica segmentação do poder que coloca, de um lado, os sujeitos responsáveis pela tomada de decisão (patronos, líderes, governantes, empregadores entre outros) e, de outro, os sujeitos cujo dever é cumprir ordens (súditos, subordinados e trabalhadores em geral). A divisão binária da sociedade em dirigentes (soberanos) e executivos (subalternos), usurpou das atividades técnicas a legitimidade para decidir os propósitos de suas realizações. Também é provável que o pensamento científico tenha marcado o conceito de neutralidade tecnológica. Observa Morin (2011, p. 39) que:

[...] a ciência ocidental fundamentou-se na eliminação positivista do sujeito a partir da ideia de que os objetos, existindo independentemente do sujeito, podiam ser observados e explicados enquanto tais. A ideia de um universo de fatos objetivos, purgados de qualquer julgamento de valor, de toda deformação subjetiva, graças ao método experimental e aos procedimentos de verificação, permitiu o desenvolvimento prodigioso da ciência moderna. [...] Nesse quadro, o sujeito é ou o 'ruído', isto é, a perturbação, a deformação, o erro que se deve eliminar a fim de atingir o conhecimento objetivo, ou o espelho, simples reflexo do universo objetivo.

Rajagopalan (2012) observa que as pesquisas das áreas humanas e sociais foram (e continuam sendo) orientadas pelo rigor dos métodos das ciências exatas e biológica. Nesse sentido:

Quando o espírito de cientismo prevalece nas ciências humanas, o resultado imediato é que, na ânsia de isolar o “objeto de estudo”, o pesquisador relega todo o contexto em que este se encontra. Nos estudos da linguagem, cria-se o objeto chamado “língua”, que é vislumbrado de forma desatrelada de seu contexto social e histórico. (Rajagopalan, 2012, p. 263)

Ambicionando a verdade, a ciência neutralizou o sujeito cognoscente para que suas vicissitudes subjetivas não “contaminassem” a compreensão da realidade

fenomênica do mundo. Assim, o executor da pesquisa, semelhante ao servo, não poderia interferir no processo científico que aspirava desvelar a verdade.

Portanto, reconhecer à tecnologia como instância neutra é um equívoco. Ihde (2017, p. 77) considera que “tecnologias transformam a experiência, ainda que sutilmente, e esta é uma raiz de sua não neutralidade”. Tecnologia e linguagem são categorias que remetem a fatores constitutivos da existência humana, irremediavelmente significadas e valoradas. Silva (2022, n. p.) observa que a democracia racial e a neutralidade tecnológica são conceitos “que se irmanam no propósito de ocultar relações de poder que constroem interpretações de mundo, naturalizam e aprofundam explorações e desigualdades”.

A história do racismo moderno é abalizada pela exortação da cultura eurocêntrica⁷, cuja identidade foi sistematicamente fortalecida a partir da negação “do outro”. Herdeiro dos conflitos civilizatórios e disputas coloniais, o racismo encontrou solo fértil na racionalidade científica, ocupada em definir, categorizar, bem como estabelecer diferenças hierárquicas e comportamentais. Ocorre que, os problemas decorrentes da discriminação étnico-racial não encontram solução na denúncia dos equívocos forjados na concepção científica de raça, mesmo porque, o universo hegemônico das tecnologias é analiticamente orientado pela automação e classificação.

Sob a chancela da neutralidade, técnicas de reconhecimento e formulação de categorias biométricas conquistam lugar privilegiado no horizonte do tratamento de dados digitais. Para os entusiastas da era da informação, a vida biológica e social é constituída por padrões de dados cuja leitura, operada por meio de tecnologias computacionais, pode revelar a verdade do mundo. Harari (2016, p. 371) observa que “não são apenas os organismos individuais estão sendo considerados sistemas de processamento de dados – são sociedades inteiras, como colmeias de abelhas, colônias de bactérias, florestas e cidades humanas”.

Disso resulta a necessária observação crítica sobre os impactos vinculados ao desenvolvimento e aplicação de técnicas de reconhecimento e diferenciação humana, seja pela cor da pele, ou que leve em conta qualquer outro predicado fenotípico ou genotípico. Noble (2022, n. p.) também considera que “o uso quase

⁷ Para Sodré (2029, p. 878), no Brasil, “os ideais da República se associam aos ideais eugênicos europeus. A partir disso, derivam modos de vida baseados em julgamentos e preferências que se repetem nas seleções de emprego, na maneira de tratar e na maneira de lidar entre as pessoas. Penso, por meio desse paradigma baseado numa consciência da branquitude, a consequência de grande parte dos problemas de repulsão e aproximação nas relações sociais. A forma da escravidão está incrustada na forma social brasileira.”

onipresente de softwares dirigidos por algoritmos, tanto visíveis quanto invisíveis no cotidiano de todos, exige uma inspeção mais rigorosa de quais valores são priorizados em tais sistemas automatizados de decisão”.

A partir das escolhas politicamente conformadas na arena histórica dos jogos de poder, a cultura negra foi inferiorizada nas suas diferenças frente a cultura hegemônica “branca”. A dignidade humana, valor presente em diversos estatutos normativos nacionais e internacionais⁸, não se reduz a ordem de critérios relativos ao útil, ao eficaz e ao tecnológico. Ela pressupõe condições básicas e socialmente equânimes para a realização das aspirações individuais, sem que isso implique no constrangimento infundado e desmedido da liberdade do outro.

O que se opera no campo das distinções étnicas e raciais representa justamente a instrumentalização da vida humana, que historicamente sonegou os valores e a cultura dos povos negros, silenciou suas vozes, assim como lançou a cor preta a condição de sinal de subalternidade e desvalor. O racismo persevera sorrateiramente na sociedade na medida em que o “negro” é caracterizado como “não branco”. O nome “negro”, afirma Mbembe (2014, p. 19), “foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado”.

Appiah (2018b, n. p.) adverte que a própria categoria “racista” carrega o germe da exclusão, na medida que se apresenta como um rótulo social negativo. Observa o filósofo que “ser racista” não é uma opção de vida, trata-se de um constructo histórico que (in)forma pensamentos e ações, de modo que os problemas decorrentes dos estigmas ético-raciais não encontram solução no fomento de mais estigmas. Sugere, portanto, uma abordagem comunicativa voltada a descrever os fenômenos, esclarecendo as implicações discriminatórias e excludentes que decorrem das práticas racistas.

Souza (1983, p. 17-18) considera que “a descoberta de ser negra, é mais do que a constatação do óbvio”. Por um lado, “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a experiências alienadas”, por outro “é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”. Nesse sentido, o combate resiliente ao racismo não se reduz

⁸ Nesse sentido verifica-se, por exemplo, o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ao considerar que “reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (DUDH, 1948).

a sua criminalização, mas fundamentalmente diz respeito a trazer a presença – psíquica, social e discursiva – a história e a cultura negra, a partir de vozes e ações afirmativas.

Considerações finais

Etnia e raça são conceitos culturalmente instituídos e perpetuados na linguagem, de modo que se materializam a partir dela. Na perspectiva de Berger e Luckmann, (2014, p. 38, 57) a linguagem usada no cotidiano fornece “continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado”, tornando-se um “repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes”.

Mesmo que a legitimidade escravagista seja um registro do passado, encontram-se ainda presentes aspectos típicos dessa realidade, objetivados em formulações discursivas. Para muito além de características biológicas, ser negro ou ser branco são diferenças politicamente instituídas e voltadas a controles sociais, em um envio histórico que não pode ser negado⁹. A superação dessa clivagem pressupõe desconstruções simbólicas, discursos afirmativos e, sobretudo, políticas públicas orientadas a educação multicultural que possibilitem compreender a diversidade como o principal fator identitário humano.

Reconhecer que as tecnologias não são neutras, não é o mesmo que conferir a elas uma orientação essencial determinista. Qualquer artifício técnico pode ser transformado e ressignificado. Nesse sentido, Nemer (2021, n. p.) refere-se a “tecnologia mundana” como os “processos em que oprimidos se apropriam de tecnologias cotidianas – artefatos, operações e espaços tecnológicos – e as utilizam para aliviar a opressão de suas vidas”.

Mesmo que seja possível afirmar que o racismo prejudica a todos, suas consequências nefastas atingem de forma muito mais contundente àqueles cuja identidade foi historicamente negada. Reconhecer a diversidade como valor, sem

⁹ Por ocasião da Lei Áurea, “a absorção do negro na vida nacional, enquanto cidadão, não era uma questão fundamental. Tanto que, ainda que houvesse alguns abolicionistas defendido uma reforma de base, especialmente na estrutura agrária do país a fim de que os recém libertados pudessem administrar suas vidas dentro das suas ocupações habituais – a lavoura -, outros lutavam para a indenização aos donos de escravos que seriam ‘lesados’ em sua propriedade com a abolição” (Bertúlio, 1989, p. 3).

negar o direito às identidades sobre o que elas consagram como valores afirmativos, representa um enorme desafio para as gerações presentes e futuras.

Abordagem essencialistas e universais que ainda preconizam diferenças de raça, ignoram o caráter artificial dos discursos que as performam. O racismo resulta de constructos sociais e não de um estado fenomênico natural. A natureza, no sentido da conformação material e biológica dos seres, certamente revela inúmeras configurações que apontam diferenças. Mas não é esse plano diferencial que deve orientar a decisões humanas, em termos de convivência e dignidade. As aspirações que modulam os domínios da ciência e da técnica facilmente lançam os seres humanos à condição de objeto de análise e categorização, prática que deve ser criticamente observada, em especial diante dos avanços tecnológicos no campo da comunicação e tratamento de dados digitais.

Na complexidade dos processos de significação e comunicação é possível transformar a realidade. Se as palavras operam além da representação, é na dialética performativa entre discursos e ações – cada vez mais mediada por tecnologias – que a convivência humana precisa mobilizar esforços afirmativos para a desconstrução do racismo estrutural.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. Identidade como problema. In: SALLUM JR., Bráilio; SCHWARCZ, Lilia Moritz; VIDAL, Diana Gonçalves; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). *Identidades*. São Paulo: EdUsp, 2018a.

APPIAH, Kwame Anthony. Como abordar a questão do racismo. *Fronteiras do Pensamento*, 24 set. 2018b. Disponível em: Acesso em: <https://youtu.be/X4CKK0c1zfE>. 4 jun. 2023.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRABAL, Alejandro Knaesel. Vida digital e existência anônima no ciberespaço. *Dois pontos*, v. 19, n. 3, p. 206-215, dez. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v19i3.86611> Acesso em: 7 fev. 2023.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. *Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo*. 1989. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106299>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BEZERRA, Benilton. O valor das diferenças em um mundo compartilhado: diversidade humana. *Café Filosófico*, Instituto CPFL, 2015. Disponível em: <https://institutocpfl.org.br/play/diversidade-humana-com-benilton-bezerra-jr-versao-tv-cultura/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume 1. 6. ed. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. 2. ed. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

CUPANI, Alberto. Filosofia da tecnologia. *Filosofia*, ano VI, n. 63, p. 14-23, set. 2011.

DUDH. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. *Nações Unidas Brasil*, 18 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 4 mar. 2023.

ECHEVERRÍA, Rafael. *Ontología del Lenguaje*. 6 ed. Chile: J. C. Sáez, 2003.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Tradução Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GRACIA, Tomás Ibáñez. O giro linguístico. In: ÍÑIGUEZ, Lupicinio. *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HEIDEGGER, Martin. *Identidade e diferença*. Tradução e notas Ernildo Stein. Petrópolis: Vozes, 2018.

IHDE, Don. *Tecnologia e o mundo da vida: do jardim à terra*. Tradução Maurício Fernando Bozatski. Chapecó: Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2017.

ITS. Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio. Big Data no Sul Global: Relatório sobre estudos de caso. ITS, 2016. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/big-data-no-sul-global-relatorio-sobre-estudos-de-caso/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

JESUS, Eunice Aparecida de. *Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil*. 1980. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Disponível em: <http://www.doi.org/10.11606/D.2.1980.tde-03032008-103152>. Acesso em: 2 jun. 2023.

KRIEG-PLANQUE, Alice. A palavra etnia: nomear o outro origem e funcionamento do termo etnia no universo discursivo francês. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 22, p. 9-34, jul./dez. Disponível em: http://www.revistalinguas.com/edicao22/revista_linguas_22.pdf Acesso em: 10 mar. 2023.

KWET, Michael. A ameaça nada sutil do colonialismo digital. *Outras Palavras*, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-ameaca-nada-sutil-do-colonialismo-digital/> Acesso em: 5 abr. 2023.

LANIER, Jaron. *Bem-vindo ao futuro: uma visão humanista sobre o avanço da tecnologia*. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Saraiva, 2012.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação: como extensões do homem*. Tradução Décio Pignatari. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

MOREIRA, Thami Amarílis Straiotto. O ato de nomear: da construção de categorias de gênero até a abjeção. *Cadernos do CNLF*, v. XIV, n. 4, t. 4, 2010. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/2914-2926.pdf. Acesso em: 4 maio 2023.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 4. ed. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSE, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Portal Geledés*, 2009. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/09/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NEMER, David. *Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. [e-book]

NOBLE, Safiya Umoja. *Algoritmos da opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo*. Tradução Felipe Damorim. Rio de Janeiro: Rua do Sabão, 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2250>. Acesso em: 5 abr. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Linguagem, sociedade, políticas*. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014. p. 29-38. Disponível em: <https://www.univas.edu.br/docs/biblioteca/linguagensociedade.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023

ORLANDI, Eni Puccinelli. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. e310, 2021. Disponível em: <https://www.doi.org/10.25189/2675-4916.2021.v2.n1.id310>. Acesso em: 24 jan. 2023.

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Tradução Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A última cartada das forças retrógradadas em matéria de justiça social: o caso Demétrio Magnoli e seus argumentos contra as cotas. *Signótica*, v. 24, n. 2, p. 259-286, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sig.v24i2.17333>. Acesso em: 19 out. 2023.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Racismo e Linguagem. *ALAB – Associação de Linguística Aplicada do Brasil*, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vxn0jaIXrn4> Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-101.

SIMÕES, Darcilia. *Iconicidade verbal: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009.

SODRÉ, Muniz. Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 13, n. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1944>. Acesso em: 7 maio 2023.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal*. 66. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Sobre o autor

Alejandro Knaesel Arrabal

Doutor em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor e pesquisador dos Programas de Mestrado em Direito (PPGD) e Administração (PPGAd) da FURB. Líder do grupo de pesquisa Direito, Tecnologia e Inovação – DTIn (CNPq-FURB). Vice-líder do Grupo de Pesquisa SINJUS - Sociedade, Instituições e Justiça (CNPq-FURB). Membro do grupo de pesquisa Constitucionalismo, Cooperação e Internacionalização - CONSTINTER (CNPq-FURB). Membro da AGIT – Agência de Inovação Tecnológica da Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Nota

O artigo é um desdobramento de estudos e debates vinculados ao Grupo de Pesquisa SINJUS - Sociedade, Instituições e Justiça.